

SINDSEFSP

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

182

MARÇO 2020

FILIADO À



CHEGOU A HORA DE BOTAR PARA FORA BOLSONARO, MOURÃO E A SUA GANGUE!

Pág. 12

CONJUNTURA

Em defesa das liberdades democráticas!

O capitalismo pariu o coronavírus!

Pág. 03

CAMPANHA SALARIAL

Governo desrespeita os
servidores e não recebe
Fonasefe / Seminário
Reforma Administrativa

Págs. 03-05

GIRO NOS ÓRGÃOS

Funai, Inbra, Área ambiental,
Ipen, Conab, SET, Cultura,
Aposentados e pensionistas
e Fundacentro

Págs. 06-11

18 DE MARÇO

DIA NACIONAL DE LUTAS, PROTESTOS E PARALISAÇÕES

EM DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS,
EMPREGOS, DIREITOS E DEMOCRACIA



ATIVIDADES

8M - Dia Internacional da Mulher
Trabalhadora / 14M - Quem mandou
matar Marielle Franco? / 21M - Dia
Internacional de Luta Contra a
Discriminação Racial

Pág. 12



Chegou a hora de botar para fora Bolsonaro, Mourão e a sua gangue!

Servidores públicos, de norte a sul do país, precisam reagir à altura aos ataques do qual são vítimas, em uma sórdida campanha nacional, que visa aprofundar o desmonte e esvaziamento do Estado. O presidente Bolsonaro e sua equipe abusam de declarações irresponsáveis com o objetivo de desqualificar os servidores.

Parasitas e zebras gordas são exemplos das ofensas que os ministros de Bolsonaro dispensam aos servidores públicos. Porém, a situação é mais complexa, pois o governo tem planos muito mais ofensivos do que os repugnantes ataques verbais.

Paulo Guedes, ministro da economia, preparou um pacote de maldades, que engloba uma reforma administrativa – em fase de finalização - a Medida Provisória 905 e as propostas de emendas constitucionais 186, 187 e 188 (que compõem o plano ‘Mais Brasil’). Esses projetos significam a retirada de direitos do funcionalismo e a destruição dos serviços públicos.

Não dá pra aceitar a proposta de redução de 25% dos salários! Nem o ambiente de trabalho sucateado, sem previsão de reajuste e de realização de concursos públicos, tão necessários para a recomposição da mão de obra.

Os projetos do governo prejudicam não apenas os servidores, mas, principalmente, os trabalhadores mais humildes e setores oprimidos. Significa uma política de Estado Mínimo, onde a população tem que arcar com pagamento de serviços de

saúde, educação e segurança, enfim uma situação favorável apenas aos mais abastados financeiramente.

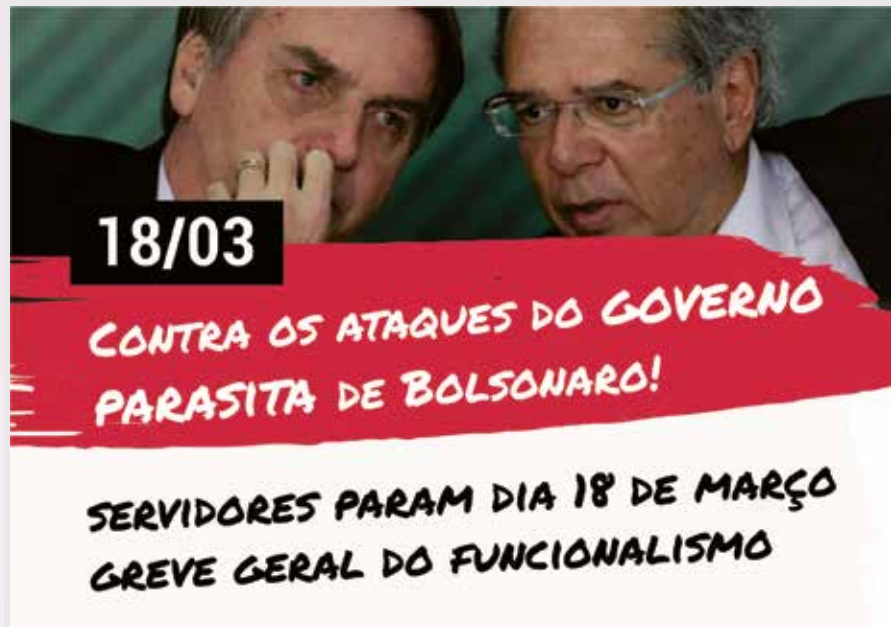
Para implementar essa política, os verdadeiros parasitas se unem sem o menor constrangimento. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), afirmou em mais de uma ocasião que o governo deseja aprovar as PECs 186, 187 e 188 ainda neste semestre. As propostas estão em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Paulo Guedes e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, também têm declarado que seria “urgente” a ‘reforma’ administrativa, que prevê o fim da estabilidade.

Já no salário de abril, o servidor vai sentir no bolso o peso desses projetos. Isso porque as novas alíquotas previdenciárias, que variam de 7,5% a 22% da remuneração, passam a ser aplicadas de acordo com a faixa salarial do trabalhador. A redução dos vencimentos é uma das consequências da Reforma da Previdência, aprovada no ano passado.

O texto aprovado prevê que os novos índices sejam aplicados sobre o que ultrapassar o teto do INSS (R\$ 6.101,06). Vale destacar que nem mesmo os servidores aposentados e pensionistas foram poupados.

Enquanto os servidores amargam congelamento e defasagem salarial, o governo mente divulgando que o “funcionalismo teve reajuste 50% acima da inflação”.

Outra situação enfrentada, em diferentes setores, é a ameaça de



perder as gratificações por motivos diversos, que vão desde remoção de setor ou mudanças na definição do enquadramento que prevê o direito. Isso ocorre porque governos

anteriores promoveram mudanças na composição da remuneração dos servidores, criando diferentes gratificações, que representam parte significativa do salário.

É HORA DE REAGIR!

Para enfrentar as maldades do governo, as centrais sindicais, entre elas a CSP-Conlutas, estão convocando uma greve nacional em defesa dos serviços e dos servidores público, marcada para ocorrer no dia 18 de março.

Servidores federais, estaduais e municipais já começaram a realizar assembleias para debater a importância da participação nesse movimento. Em São Paulo, o Fórum dos Trabalhadores no Setor Público e a Coordenação Nacional da CSP-Conlutas aprovaram a adesão à greve nacional. O Sindsef-SP esteve presente nas duas atividades e defende a paralisação.

Chegou a hora de mostrar a força de mobilização dos servidores. A

mesma força evidenciada no dia a dia, quando enfrentam um ambiente de trabalho sucateado, muitas vezes com metas de produtividades inalcançáveis, que acarretam adoecimento físico/mental, mas que, mesmo em número insuficiente e com salários congelados e defasados, garantem o funcionamento dos órgãos públicos e seguem, na linha de frente, sendo o elo do Estado com a sociedade.

Enfim, motivos não faltam para você se somar e fortalecer essa luta. Lembre-se, independente do governo de plantão, os trabalhadores são sempre os alvos das políticas opressoras, entreguistas e autoritárias, que visam agradar ao mercado financeiro.

FISCALIZE AS CONTAS O SEU SINDICATO! ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU!
Confira a prestação de contas em nosso site: www.sindsef-sp.org.br

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Boa Vista, nº76 - 3º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP:01014-000
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 5.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: LTJ Editora Gráfica Ltda



O Sindsef-SP participará ativamente da construção e organização do 08 de Março (Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora), do 14 de Março (Dois anos da Morte de Marielle e Anderson), da construção do 18 de Março (Dia Nacional de Mobilização, Paralisações e Protestos, rumo à Greve Geral para derrotar Bolsonaro-Mourão-Guedes) e do 21 de março (Dia Internacional contra o Racismo).

Defendemos:

- A mais ampla unidade de ação para lutar e derrotar já, o Governo Bolsonaro, Mourão e Guedes;
- Todos às ruas em defesa das liberdades democráticas, do emprego e dos direitos de nossa classe. Ditadura nunca mais! Não passarão!
- Contra os ataques aos direitos trabalhistas e em defesa do emprego, dos serviços e dos servidores públicos (não a MP-905; Não Reforma Adm.; Plano emergencial de obras públicas com foco em infraestrutura, saneamento, Educação, Saúde e Moradia popular – Retomada de todas as obras paralisadas - e redução da jornada de trabalho, sem redução de salários; Não a Carteira Verde-Amarela; Revogação da Reforma e da PEC paralela)
- Contra toda privatização e em defesa da Soberania Nacional; Reestatização de todas as empresas privatizadas; Em defesa da Estatização de todo Sistema financeiro;
- Os ricos é que devem pagar pela Crise; Suspensão imediata do pagamento da dívida pública e investimento nas áreas sociais e emprego!
- Em defesa da Educação pública, laica, gratuita e de qualidade; Chega de ataques à Universidade e sua autonomia;
- Em defesa dos povos originários, da Amazônia e do meio-ambiente. Demarcação e titulação de todas as terras indígenas e quilombolas; Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores, sem indenização do latifúndio;
- Chega de machismo e violência contra as mulheres; Não ao racismo, a lgbtfofia e a xenofobia; Basta de genocídio e encarceramento do povo jovem e negro da periferia!

Em defesa das liberdades democráticas! Ditadura nunca mais!



Bolsonaro e seus apoiadores compartilharam mensagens nas redes sociais convocando uma manifestação de apoio incondicional ao Governo. Atacando as liberdades democráticas, chegaram ao ponto de defender o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF).

Este episódio marca a disputa entre o Governo Federal e o Congresso Nacional pelo controle do Orçamento, em um cenário de profunda crise política, agravada pela ausência de uma base de apoio do governo e por resultados pífios na economia.

Não temos ilusões ou confiança no congresso Nacional ou no STF, uma

vez que ambos tem corroborado com as medidas de ataque do governo Bolsonaro ao conjunto dos trabalhadores e do povo pobre. Mas, fechar o Congresso significa impor uma ditadura para ampliar esses ataques e encobrir os casos de corrupção que envolvem a família do presidente. Bolsonaro quer impedir que haja qualquer tipo de oposição e liberdade de organização e expressão, para atender ainda mais os interesses dos banqueiros, dos grandes empresários e do governo americano.

O Sindsef-SP defende a mais ampla unidade de ação, nas ruas, para derrotar esse projeto. Ditadura nunca mais!

O capitalismo pariu o coronavírus!

Enquanto os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres ficam cada vez mais pobres, dados da Organização Mundial da Saúde, revelam que 4,5 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso a saneamento básico seguro e que 2,3 bilhões de pessoas não têm acesso a qualquer serviço de saneamento. Ao mesmo tempo, 2,1 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso à água potável encanada e tratada. Este cenário é bastante fértil para a proliferação de doenças como o coronavírus, um vírus que se dissemina rapidamente, em meio a degradação das condições de vida da população.

Em pleno século XXI ainda sofremos com doenças que já poderiam ter sido erradicadas, mas que não são eliminadas, porque os interesses das indústrias farmacêuticas colocam a obtenção do lucro, com a venda de medicamentos, acima do bem estar das pessoas.

Infelizmente, a lógica de competição do mer-

cado também torna impossível ações coordenadas em nível internacional para responder a uma epidemia mundial.

No Brasil, o Governo não apresenta nenhum plano concreto de prevenção. Ao contrário, em 2019, Bolsonaro cortou 4,3% do orçamento da Saúde, enquanto deu bilhões para os banqueiros e perdeu as dívidas de grandes empresários e latifundiários.

No Brasil, a maior parte das pesquisas científicas são produzidas nas universidades e Institutos Federais de Ensino Superior, que estão sendo duramente atacadas pelo governo. Se isso não bastasse, Bolsonaro nomeou para a presidência da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), um indivíduo de extrema-direita, que não acredita nas mutações e evoluções de vírus e bactérias, porque é um criacionista, que nega a Teoria da Evolução e não acredita na

COM A PALAVRA, O CORONAVÍRUS:



ciência, pois crê que toda forma de vida e o próprio universo foram criados por deus. Misericórdia!

Por essa razão, mais do que nunca, se torna urgente e necessário organizar a mais ampla unidade de ação para derrubar este governo e impedir que esta doença se alastre por todo o país!



Governo desrespeita os servidores e não recebe Fonasefe

A Campanha Salarial Unificada do ano de 2020 começou no dia 11 de fevereiro com os servidores sendo barrados no Ministério da Economia na tentativa de protocolar sua pauta de reivindicações.

O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe) realizou o ato, tendo 20 entidades presentes, mas, apenas 4 foram autorizadas a entrar no prédio e sequer foram recebidas por alguma autoridade da pasta. As demais foram barradas por seguranças e ficaram na área externa do prédio, ilustrando a forma como os servidores são tratados pelo atual governo.

Juntas, as entidades representam mais de 1,2 milhão de servidores públicos federais ativos, aposentados e pensionistas, de todo o território nacional, funcionários responsáveis por



garantir, com eficiência e qualidade, a implementação de políticas públicas e a prestação de serviços públicos indispensáveis para assistir a população brasileira e ainda por reforçar a coesão social, a distribuição de renda e a soberania nacional.

Entre as reivindicações que seriam protocoladas junto ao Ministério, destaca-se a reposição das per-

das salariais do período 2010-2019 e preservação do poder de compra; a isonomia de benefícios e paridade ativo-aposentado-pensionista; os direitos previdenciários; a valorização do serviço público e dos direitos trabalhistas; a liberdade de organização e manifestação; o cumprimento dos acordos assinados com o governo federal; e a correção da tabela do Impos-

to de Renda da Pessoa Física (IRPF) em 103,87%, referente a defasagem calculada pela inflação acumulada no período de 1996 a 2019, conforme estudos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco).

Ao final do ato, a pauta foi encaminhada via on-line para ser protocolada. Além disso, as entidades do Serviço Público Federal solicitam uma audiência com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A atividade ocorreu quatro dias depois que o referido ministro comparou servidores públicos a “parasitas”, ao defender a reforma administrativa. Mas a realidade é bem diferente. O funcionalismo público, tão massacrado pelo governo, acumula perdas salariais e não aceita medidas que visem o desmonte, sucateamento e a privatização dos serviços públicos.

Seminário Reforma Administrativa - Desmonte do Estado como Projeto

A reforma administrativa foi tema de um seminário e ato público promovido pela Frente Parlamentar Mista do Serviço Público, no dia 12 de fevereiro, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. No evento, parlamentares, sindicalistas e especialistas discutiram o serviço público, a privatização das finanças públicas e a desnacionalização da economia brasileira.

As servidoras Bernadete Aparecida Serafim e Maria Inês Santos, ambas do Ipen, estiveram presentes representando o Sindsef-SP, enquanto o servidor do IBGE, Paulo Barela representou a CSP-Conlutas.

Para Paulo Barela, a luta contra a reforma administrativa é a defesa dos serviços públicos incondicionais, é a defesa das condições mínimas de

atendimento para a população pobre, a população negra das periferias desse país, aqueles que sofrem com o sistema capitalista.

A reforma é a cereja no bolo de maldades do governo Bolsonaro para o serviço público e vem sendo denunciada pelo Sindsef-SP desde o ano passado. Ela é a quarta Proposta de Emenda Constitucional (PEC) depois daquelas alcunhadas de “emergencial” (186), da “revisão dos fundos públicos” do “pacto federativo” (188).

O governo enviou ao Congresso em 2019 um pacote de medidas que autorizam a União, os estados e municípios a cortarem gastos quando as receitas foram inferiores às despesas. Essas medidas incluem a redução da jornada do serviço público com diminuição dos vencimentos, suspensão de progressão de carreira dos servido-

res e proibição de concursos.

Há, ainda, outra PEC sobre o tema que vem sendo debatida na Câmara. Ela assegura o cumprimento da Regra de Ouro, um dispositivo constitucional que proíbe o governo de se endividar para pagar as despesas obrigatórias como folha salarial, manutenção dos órgãos públicos e programas sociais. Para descumprir a regra é necessária a autorização do Congresso. A PEC da Regra de Ouro (438/18) será debatida por uma comissão especial.

A PEC da reforma administrativa está prevista para ser enviada pelo governo ao Congresso ainda esse semestre. Ela vai trazer novas regras para contratação de novos servidores públicos. Entre os principais pontos estão a simplificação das carreiras e salários, além do fim da estabilidade empregatícia.





Até o momento, a nova PEC deverá ter impacto apenas para os novos servidores, até porque seria inconstitucional retirar os direitos adquiridos pelos atuais servidores. Porém, o impacto da medida, ao longo dos anos, será devastador para todos servidores e, especialmente, para a população que mais necessita dos serviços públicos.

Se de um lado existe a Frente Parlamentar Mista do Serviço Público; do outro, há uma outra Frente, que se pode considerar contra o serviço público. O grupo de parlamentares que compõe a Frente em Defesa da Reforma Administrativa é a favor de um Estado mais enxuto e com menos despesas. Não é difícil perceber a hipocrisia na cara de pau dos defensores da proposta. Dizem que as medidas devem acontecer para valorizar o servidor público, mas não explicam como, já que pretendem reduzir salários, benefícios e promoções.

Uma das justificativas descabidas para a reforma é que o salário inicial do funcionalismo público é muito alto se comparado com o setor privado. O governo tem usado o mito de que servidor tem sangue azul. Quando, na verdade, o serviço público amarga uma defasagem salarial há anos. O tempo em que as pessoas faziam concurso em busca de melhores salários, estabilidade e pensando na aposentadoria ficou no passado. Hoje, muitos servidores ganham pouco mais que o mínimo e bem menos do que o necessário para sustentar uma família de quatro pessoas segundo o Dieese (R\$ 4.342,57). É verdade que há de-



sigualdades entre as diferentes carreiras. Mas, nem 1% recebe mais que o salário de um deputado, senador ou presidente da República, isto é, daqueles que acusam a categoria de ser privilegiada.

Vale lembrar que cada deputado custa R\$ 3,3 milhões por ano aos cofres públicos, cada senador custa mais de R\$ 33 milhões e o presidente com seu vice custam R\$ 142,7 milhões anuais. Isso sem contar que também escoam R\$ 4,6 milhões para os ex-presidentes.

Evidentemente, não se fala quem são os verdadeiros privilegiados. Algo esperado de um presidente que se aposentou aos 33 anos pelo Exército e comprou votos para aprovar uma reforma da previdência que impôs o aumento da idade mínima para os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros se aposentarem aos 62 (mulher) e 65 anos (homem). Jair Bolsonaro acumula a aposentadoria do Exército em torno de R\$ 10 mil, com mais R\$ 27 mil de ex-deputado e o salário de presidente, de R\$ 30 mil, além de ter tudo pago.



“... queremos que as centrais sindicais, junto com os demais segmentos e organizações da classe construam a poderosa greve geral para mostrar para Bolsonaro que esse povo não vai se render à essa política ultraliberal e ultra conservadora!”

Durante o seminário, o membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas não perdeu a oportunidade de falar quem são os parasitas: “A respeito do que fala o ministro Guedes, o Chicago Boys, que implementou uma política de destruição dos direitos dos trabalhadores no Chile e que quer fazer o mesmo aqui no Brasil, nós dizemos: parasitas são os banqueiros, que se utilizam da dívida pública para enriquecer, que elevam os juros para encher suas burras dia a dia; parasitas são os latifundiários do agronegócio que destroem o meio ambiente e promovem o genocídio das comunidades indígenas e quilombolas; parasitas são os grandes empresários, que exploram os trabalhadores e apoiam medidas como a reforma trabalhista que está elevando a miséria no país e não resolve o problema do desemprego; parasita é o

sistema capitalista e suas propostas de imperialismo, como Bolsonaro aqui no Brasil, a maioria do parlamento e a justiça dos ricos e poderosos. Esses são os parasitas”, disse Barela.

Ainda sobre a ofensa de Guedes, Paulo Barela citou que é necessária uma estratégia para libertar o povo trabalhador. “Essa estratégia passa pela luta, mas passa pela busca de que tomemos para nós o controle das nossas ações, que tenhamos o controle da riqueza. É importante construir uma nova sociedade, uma sociedade socialista que passa pela nossa organização”, falou. Finalizando sua intervenção o companheiro leu uma estrofe da Internacional Socialista:

“Pois somos do povo ativos / Trabalhador forte e fecundo / Pertence a terra aos produtivos / Ó parasitas deixai o mundo / Ó parasitas que te nutres / Do nosso sangue a gotejar / Se nos faltarem os abutres / Não deixa o sol de fulgurar!”

O representante da central sindical da qual o Sindsef-SP é filiado declarou apoio ao que foi a greve heroica dos petroleiros do país e aos trabalhadores dos Correios, que lançarão sua greve em 04 de março, mas que já estão mobilizados contra a política de Bolsonaro, Guedes e a empresa. Barela clamou pela unidade do conjunto da classe trabalhadora independente do calendário eleitoral.

Na ocasião, também foi feito o chamamento para, no dia 8 de março, ocupar as ruas com as mulheres trabalhadoras do país, contra a opressão machista na sociedade e a superexploração do sistema capitalista. “Estejamos, homens e mulheres, ombro a ombro, para lutar contra a discriminação dessa sociedade. E no dia 18 de março está marcado um encontro nas ruas e em todos os cantos desse país e queremos que as centrais sindicais, junto com os demais segmentos e organizações da classe construam a poderosa greve geral para mostrar para Bolsonaro que esse povo não vai se render à essa política ultraliberal e ultra conservadora!”, finalizou.



FUNAI

Perseguição e destruição das políticas de proteção aos povos originários

Os direitos dos povos originários estão gravemente ameaçados desde a chegada de Bolsonaro ao poder. As políticas implementadas e as bizarras declarações externam seu desprezo e preconceito contra as comunidades, lideranças e organizações indígenas.

Sob o seu comando, o governo incentiva a exploração predatória das reservas indígenas, nomeia pastor para “proteger” tribos isoladas, contesta demarcações já concluídas, modifica a atuação da Funai e interfere até na distribuição de alimentos para as comunidades.



Povos indígenas realizam durante esta semana protestos em Brasília contra o PL 191/2020.

Foto: Tiago Miotto/Cimi

Deixando explícito seu preconceito e descaso, Bolsonaro declarou que “cada vez mais o índio é um ser humano igual a nós”. A declaração foi dada no início de fevereiro, quando formalizou a exploração indiscriminada dos territórios indígenas com o envio do Projeto de Lei 191/2020, chamado de PL da devastação, ao Congresso Nacional.

O texto do PL autoriza garimpo, mineração industrial, exploração de

petróleo e gás natural, implantação de hidrelétricas e outras obras públicas, além de plantio de transgênicos.

O projeto é rejeitado por diferentes etnias, por considerarem que a exploração será prejudicial tanto às terras quanto aos povos indígenas, potencializando a escalada do desmatamento, a destruição dos rios e o aumento de conflitos na Amazônia e em outras regiões onde há interesse exploratório.



Protesto do povo Yanomami contra garimpo em suas terras.

Foto: Victor Moriyama/ISA

Retrocesso

Em uma iniciativa inusitada e sem fundamentos legais, o presidente da Funai, Marcelo Augusto Xavier, pediu reanálise de vários processos de demarcação de terras indígenas, localizadas na região do Vale do Ribeira/ SP, todos concluídos tanto do ponto de vista técnico quanto jurídico.

O tramite normal seria o envio ao Ministério da Justiça para a expedição de portaria declaratória.

Porém, sem qualquer justificativa, Xavier solicitou reanálise à Diretoria de Proteção Territorial, retornando os processos a um estágio que já havia sido superado.

Mas, se de um lado não há motivação legal que justifique esse ato do presidente da Funai, em agosto de 2019, durante uma audiência pública em Miracatu para discutir questões fundiárias, Xavier se comprometeu com ruralistas da região de reavaliar as demarcações. E pelo visto ele é um homem de palavra!

O Ministério Público Federal acompanha a situação e recomendou que os processos retornem da Diretoria de Proteção Territorial para a Presidência da Funai, e sejam remetidos ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, para expedição das correspondentes portarias declaratórias. Caso contrário, o MPF indica que poderá inclusive promover a responsabilização pessoal do presidente da Funai.



Atual presidente da Funai é pró-ruralistas

Retrocesso 2



Agronegócio de transgênicos avança invadindo territórios indígenas

Foto: Lidiane Ribeiro/Ibama

A nomeação de um ex-missionário evangélico, Ricardo Lopes Dias, para o atuar na Funai, no cargo coordenador-geral de proteção a índios isolados e de recente contato, tem gerado preocupação.

Isso porque, o pastor foi ligado à Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), entidade conhecida por seu trabalho de evangelização de indígenas, prática criticada por antropólogos e indigenistas.

Em matéria veiculada no site Antropofagista, Antonio Eduardo Oliveira, secretário-geral do Cimi (Conselho

Indigenista Missionário), comentou que essa nomeação “vem ao encontro desse desejo do governo de descaracterizar essas frentes de proteção e voltar a uma dinâmica do período da ditadura de atração, de contato, desses povos, o que significa um verdadeiro genocídio porque esses povos são muito sensíveis a qualquer possibilidade de contato”.

“Não é só a nomeação do pastor, mas são várias ações que poderão a vir no sentido de interferir na continuidade ou no projeto de vida desses povos”, completou.



INCRA

Governo assina decreto de desmonte do Instituto; Reforma emergencial do Incra/SP se arrasta e interdição do imóvel continua

A agenda de desmonte das políticas de preservação da terra, do meio ambiente e dos povos quilombolas e indígenas avança. Dessa vez, Bolsonaro assinou o decreto 10.252 que, na prática, altera significativamente a estrutura de atuação do Incra.

O ato facilita a entrega de terras públicas para latifundiários, extingue importantes programas sociais que, atualmente, atendem assentados, quilombolas e comunidades extrativista.

Com a nova formulação, o Ministério da Agricultura passa a ser responsável sobre a destinação das terras públicas, a seleção de famílias para assentamentos de reforma agrária e a normatização e formação de grupos para elaboração de estudos de identificação e demarcação de terras remanescentes de quilombos.

Uma outra atribuição, acende um alerta! Trata-se do licenciamento am-



Pronera já formou centenas de milhares de jovens e adultos de assentamentos

biental em territórios quilombolas. Um sinal de que o governo tem interesse de garantir a execução de grandes empreendimentos nessas áreas.

O decreto ainda acaba com o programa voltado para educação e cidadania - Programa Nacional de Edu-

cação na Reforma Agrária (Pronera) - responsável pela educação básica (alfabetização, ensinos fundamental e médio), ensino técnicos profissionalizantes, cursos de graduação e de pós-graduação (especialização e mestrado). Além de capacitar educa-

dores para atuar nos assentamentos.

De acordo com a nova estrutura, também foi extinto o programa Terra Sol, voltado para o aperfeiçoamento de técnicas de produção e comercialização de produtos agrícolas. O projeto também apoiava atividades como turismo rural, artesanato e agroecologia. O objetivo dessas iniciativas era valorizar a produção nos assentamentos e, com isso, aumentar a renda das famílias.

É inaceitável ver um setor, que explicitamente defende a exploração predatória, assumir atribuições ligadas a política ambiental, agrária, indígena e quilombola.

A edição desse decreto segue a linha geral do governo que, desde que assumiu, adotou medidas, tanto administrativas quanto legislativas, que expressa todo o preconceito do presidente e de seus apoiadores.

Incra/SP

As obras emergências para procedimento de adequação do prédio da superintendência do Incra/SP ainda não foram concluídas e o imóvel segue interditado, conforme determinação judicial, por oferecer risco aos servidores e demais usuários que frequentariam o local.

Em fevereiro, o superintendente regional, Edson Fernandes, respondeu aos questionamentos dos membros da Comissão de Acompanha-

mentos das Obras, quanto ao atraso no cronograma das obras e questão do orçamento. A previsão era que os reparos iniciassem em 06 de janeiro, o que não ocorreu.

Como parte da explicação, Fernandes apresentou o engenheiro civil, do Incra/MT, destinado a acompanhar o andamento e fiscalização da obra. A expectativa é que a reforma dure cerca de 90 dias, a contar do início de fevereiro, quando efetiva-



mente começou.

O Superintendente afirmou que, em reunião com a direção do órgão, foi assegurado o orçamento necessário para o cumprimento de decisões judiciais, como é o caso do prédio do Incra/SP. Segundo ele, haverá todo o cuidado para que os recursos financeiros cheguem a tempo para os pagamentos, visando evitar qualquer interrupção.

A decisão de interdição foi preferida em setembro último, devido às péssimas condições de conserva-

ção do edifício, o que expõe usuários - servidores, trabalhadores terceirizados e população - a situação de risco iminente de acidente.

Depois de quase 5 meses, o superintendente, acatando uma sugestão apresentada pelos servidores no início do processo de interdição, viabilizou a lotação de parte dos trabalhadores, públicos e terceirizados, nas dependências da Fundacentro. Nessa reunião, informou que está buscando outros órgãos para acomodar os demais funcionários.



Imagens dos entulhos no prédio do Incra/SP em 2019



ÁREA AMBIENTAL

Decreto de Bolsonaro ameaça funcionamento do ICMBio

Sinalizadas desde a campanha eleitoral, as mudanças implementadas por Decretos e Projetos de Lei, com a finalidade de ampliar o desmonte das políticas de preservação da natureza e dos povos da floresta exemplificam muito bem os reais interesses de Bolsonaro.

O Decreto 10.234 é mais um exemplo dessa política. Dessa vez é uma ameaça à estrutura de funcionamento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). De acordo com a publicação, serão extintas as onze Coordenações Regionais (CR), estruturas que servem para dar apoio técnico e jurídico às 334 Unidades de Conservação federais em todo o Brasil. Também estão previstas a eliminação das seis Unidades Avançadas de Administração e Finanças (UAAF), responsáveis por atividades de suporte administrativo, incluindo execução e fiscaliza-



ção financeira, em prol das Unidades.

Para substituir as áreas extintas, serão criadas apenas cinco Gerências Regionais. Porém, o documento não estabelece onde serão instaladas. Uma coisa é certa, independentemente de onde estiverem localizadas, a qualidade dos servi-

ços sofrerá expressivas mudanças.

Não é necessário ser nenhum gênio para concluir que uma única Gerência, em um território do tamanho da região amazônica, que é palco de graves conflitos, está longe de dar conta da demanda de trabalho. As áreas de proteção estarão muito distantes das estruturas de apoio e

isso vai ter consequências.

Outra questão importante é que o Decreto determina a substituição de parte dos cargos exclusivos para servidores, por outros que podem ser ocupados por indicações políticas.

Através do Decreto 10.235/20, que retira as representações de povos indígenas, os movimentos sociais, os trabalhadores da agricultura, os pescadores e as entidades estaduais de meio ambiente, da composição da Comissão Nacional da Biodiversidade, Bolsonaro transforma a finalidade do Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO). Eliminando a participação dos povos detentores dos conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade e mantendo as representações de setores patronais que exploram economicamente seus recursos, o Decreto esvazia a legitimidade da Comissão.

Ibama

O ministro, Ricardo Salles, promoveu alterações no Decreto 6514/08, que regula o processo administrativo de apuração de multas ambientais, alegando que o IBAMA não arrecada as multas emitidas. O objetivo era agilizar o procedimento, além de permitir a conversão de multa em prestação de “serviços ambientais”.

As mudanças passariam a vigorar em outubro de 2019, com a previsão de ocorrência de audiências de conciliação para aqueles que fossem autuados e, com isso, recolher as multas mais rapidamente ou então o autuado iria financiar diretamente projetos ambientais. Porém, na prática, o que era para agilizar acabou atrasando todo o processo.

As primeiras audiências estão previstas para o segundo semestre de 2020. Desta forma, as multas aplicadas desde outubro estão paradas. Sendo que, aqueles autuados nesse período, interessados em antecipar o pagamento da multa, não conseguem. Tudo isto por incompetência da gestão, que não preparou sistemas operacionais, nem os servidores, nem elaborou regulamentos adequados.



Multas aplicadas por servidores deixaram de serem registradas no sistema do Ibama

Foto: Reprodução/Ibama

Em um curto intervalo de tempo, ocorreram bárbaros ataques do governo, em especial nas áreas ligadas a preservação ambiental. Uma evidente tentativa de oficializar ações de desmonte desses setores, que estão ainda mais agressivas e aceleradas.

Na área ambiental, a nomeação de vários militares como superintendentes nos estados, com a justi-

ficativa de competência e transparência, também chama a atenção. Pois, na verdade, são pessoas que mal conhecem o funcionamento da “máquina pública federal”.

Os impactos dessas mudanças ultrapassam as paredes dos órgãos públicos. São questões de interesse dos trabalhadores em geral, pois o meio ambiente como um todo está ameaçado.



Decreto de Bolsonaro favorece o aumento dos crimes ambientais



IPEN

Servidores em luta

O funcionalismo está sob forte ameaça com os projetos do governo. Agora imagina, ainda ter que brigar para não perder um adicional que é parte significativa da remuneração! Tudo isso, em um cenário de congelamento salarial e aumento do custo de vida.

Essa é a situação dos servidores do Ipen. Estamos falando do Adicional de Radiação Ionizante, cuja perda significaria uma redução de 20% do salário. A situação foi levantada pela direção da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), através de Portarias publicadas ao longo de 2019, onde, sem motivação plausível, resolveram questionar os laudos técnicos existentes, elaborados pela Comissão Interna do Ipen.

Através dessas Portarias da CNEN foi criada uma Comissão Interna para elaborar novos laudos técnicos. Tais ferramentas, são mecanismos da direção para reduzir, ainda mais, direitos dos trabalhado-

res.

Vale destacar, que os servidores continuam desenvolvendo suas funções nos mesmos locais, em idênticas condições e atribuições, o que torna sem sentido o questionamento. Além do Adicional de RI, a Administração questiona direitos como o recebimento da gratificação de RX e o gozo de férias semestrais de 20 dias, todos amparados por legislação vigente.

No caso do Adicional de RI, a equipe jurídica do Sindsef-SP e da Assipen, conquistaram uma liminar favorável garantindo seu pagamento. Também existem centenas de decisões judiciais assegurando o pagamento da gratificação de Raios-X.

A direção da CNEN deveria se empenhar, com o mesmo afinco, na defesa da instituição e dos servidores. Mas, nos últimos anos, acontece exatamente ao contrário. Os gestores precisam reconhecer a



Assembleia dos servidores do Ipen realizada em 2019

importância dos servidores, que há décadas dedicam suas vidas a Instituição, trabalhando sob o permanente risco de exposição à radiação nuclear, ao invés de tentar restringir seus direitos.

Também é de suma importância abrir um canal efetivo de diálogo sobre o desmembramento da CNEN, entre outros pontos, com os diversos setores envolvidos, incluindo os servidores da CNEN.

As questões aqui apontadas, somadas ao fato que há tempos não há evolução satisfatória em praticamente nenhum ponto da pauta

de reivindicação de interesse dos trabalhadores, devem impulsionar a participação da categoria na paralisação convocada para o dia 18 de março.

Representantes das Associações da CNEN, se reuniram em 19/02, em São Paulo, para organizar a participação do setor na Luta contra a retirada de direitos que está acontecendo na autarquia.

Uma assembleia, no dia 05/03, irá debater a adesão nas atividades que ocorrem em março em defesa dos direitos do conjunto dos trabalhadores.

CONAB

Proposta de nova estrutura organizacional deve ser reavaliada

As investidas do governo federal contra os trabalhadores são alarmantes. A corrida em busca do Estado Mínimo está a todo vapor. Privatizações e cortes orçamentários nos serviços públicos, mudanças na legislação trabalhista estão entre as principais ações adotadas pela equipe econômica do governo. Nesse vale tudo, os prejudicados são sempre os mesmos, a população mais carente.

Os empregados da Conab também vêm sendo atingido por essas iniciativas. Seja pelo Plano de Demissão Incentivado, que estar por vir; ou pela Proposta de Nova Estrutura Organizacional, que propõe mudanças com impactos para os beneficiários assistidos pelas políticas públicas e para os trabalhadores da



Companhia responsáveis por executá-las.

A proposta indica uma redução substancial das unidades regionais, enquanto que a matriz, em Brasília, seguirá imponente. Outro ponto problemático, que o documento ignora, é em relação ao número de as-

sessores com contrato especial, que hoje representam um custo expressivo para os cofres públicos.

Além disso, é necessário planejar cursos de qualificação e pensar como será o aproveitamento dos trabalhadores, que executarão as tarefas. O projeto prevê fusão de áreas e mudanças de atribuições, contudo não apresenta planejamento de utilização dos Recursos Humanos da companhia.

No decorrer de 2019, o fechamento de unidades já foi uma realidade. Contudo, os trabalhadores tem a previsão no Acordo Coletivo de Trabalho vigente, de realocação em outros locais. Mas, a direção da Conab quer excluir esta importante cláusula do ACT, abrindo margens para demissão.

Descaso

Desde 2012, empregados da Conab aguardam o pagamento da incorporação de cinco níveis salariais referente à promoção de reequadramento. O objetivo foi equiparar os direitos dos anistiados com aqueles que foram mantidos no quadro da Estatal.

Mais de dois mil trabalhadores da Conab, como outros da administração pública federal, foram afastados durante o período de 1990 a 1992 e anistiados pela Lei 8.878/94. Neste período, a empresa concedeu cinco níveis de reequadramento a todos os empregados que continuaram na companhia, sob o título de promoção por merecimento, de forma linear e com dispensa de avaliação individual de desempenho.



SET

Vem aí o Encontro nacional dos servidores do setor

Entre os dias 03 e 05 de abril, o Sindsef-SP realiza o Encontro Nacional dos Servidores da Secretaria Especial do Trabalho. O objetivo é organizar uma forte resistência contra as políticas de desmonte do setor públicos e lutar pelo reconhecimento e valorização dos servidores.

Desde o governo Temer, com a reforma Trabalhista, até o fim do Ministério do Trabalho, no governo Bolsonaro, os servidores e a população sofrem com as mudanças. A política econômica do presidente já mostrou que pretende criar um exército de trabalhadores informais, com cada vez menos direitos.

É necessário reunir representantes, de diferentes unidades, para compartilharem suas impressões da conjuntura e como ela repercute no

desenvolvimento das atividades na SET. Também serão abordados temas como: inconstitucionalidade da reforma trabalhista e atuação jurídica frente aos principais ataques aos servidores, entre outros.

Sem intenção de gerar políticas que reflitam em novos postos de trabalho, o governo cria projetos insuficientes, mas que atrapalham os trabalhadores. Foi assim com a liberação do saque imediato do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Quem fez uso do dinheiro disponibilizado, e ficou desempregado em seguida, teve a liberação do seguro-desemprego travada.

Segundo o governo, o sistema interpretou o saque imediato como indicativo de que o empregado não poderia ter acesso ao seguro-

-desemprego. A orientação nesses casos, é entrar com um recurso administrativo e esperar a liberação do benefício, acarretando o atraso no pagamento de dois a três meses. Certamente esse erro do sistema vai refletir no crescimento dos agendamentos e sobrecarregar os servidores.

Esse exemplo mostra que não é coincidência Bolsonaro investir pesado contra os órgãos de defesa das questões trabalhistas, a ideia é enfraquecer e deixar a população desassistida.

O servidor precisa lembrar da importância do seu papel dentro do Estado e lutar por suas garantias, por seus direitos e daqueles para quem trabalha.

Você servidor da SET/ME do

Nenhum direito a menos

03, 04 e 05 de abril de 2020

ENCONTRO NACIONAL DOS SERVIDORES DO TRABALHO

SÃO PAULO

Inscrições até 20 de março

Local: Rua Boa Vista, 76 - 3º andar, Centro - São Paulo/SP
*Sujeito à alteração
Informações: 11 3106-6402

estado de São Paulo participe das assembleias locais que estão sendo realizadas e garanta sua participação no Encontro.

CULTURA

A Cultura não precisa de Capitães do Mato

Façamos mais Quilombos em Palmares

Um festival de horrores, assombra a área da Cultura e o público! O Governo, depois de acabar com o Ministério, fez nomeações incoerentes, cancelou editais devido ao conteúdo das produções, ameaçou extinguir a Ancine, esvaziou os incentivos à Cultura, através da Lei Rouanet, além das sucessivas trocas de comando da Secretaria. Ufa! Talvez a intenção tenha sido encenar um circo de horrores!

O presidente nomeou Regina Duarte para assumir a Secretaria Especial da Cultura, no lugar



CAPITÃO DO MATO E SEU SENHOR

de Roberto Alvim, que foi demitido após o grotesco episódio onde usa um discurso nazista para anunciar um prêmio patrocinado pelo governo.

Tudo indica que a demissão de Alvim ocorreu devido as fortes reações de repúdio que repercutiram na mídia e nas redes sociais. Sua saída pode ser vista como uma pequena amostragem da força do povo, que se for levada às últimas consequências é capaz de derrubar o inimigo maior!

Bolsonaro, estimula a hostilidade da população contra o que ele e seus aliados chamam de "marxismo cultural". Mas, como deve ser chamada a entrega de áreas técnicas ao cuidado de pessoas despreparadas? Como aconteceu com a Fundação Palmares, importante espaço de preservação da história da população negra. A administração da instituição foi entregue a Sérgio Camargo, que já declarou que a escravidão foi benéfica aos seus descendentes, nega a existência do racismo e pede o fim do movimento negro.

A nomeação de Camargo, chegou a ser suspensa pela justiça, no entanto acabou sendo libe-

NÃO VEJO PROBLEMA EM DIZER QUE LUGAR DE NEGRO É NA COZINHA

REGINA QUERO QUE VOCÊ ASSUMA A SECRETARIA DA CULTURA TÁ OKEZ?

HAHAHA

NÃO CREIO QUE ELE TEVE CORAGEM

FORA NAZISTAS E RACISTAS!

SINDSEF-SP

Instagram: sindsefsp

rada no início deste ano. Um dos seus primeiros atos foi a demissão de um grupo de funcionários, negros, por telefone, sob a justificativa de montar uma equipe na mesma linha de Roberto Alvim.

Já, Regina Duarte, que ainda nem assumiu o cargo, postou em suas redes sociais mensagem incentivando seus seguidores a participarem de manifestação bolsonarista contra a democracia.



APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Sindsef-SP promove 11ª edição do encontro do setor



Nos dias 25 e 26 de março, ocorre o 11º Encontro dos Aposentados e Pensionista do Sindsef-SP. Desta vez, o evento será no Parque Maeda, em Itu/SP, um complexo turístico, com várias opções de lazer. A atividade contará com um ato de abertura, onde os aposentados poderão discutir a situação do país e os principais ataques do governo

aos direitos do conjunto dos trabalhadores.

Vivos e ativos, os aposentados do Sindsef-SP, motivo de orgulho para a entidade, nunca se curvam e sempre se colocam na linha de frente de todas as lutas. Merecem, portanto, uma atividade construída com muito carinho.

A ocasião também será propícia

para reencontrar os amigos dos tempos de trabalho e colocar a conversa em dia. O Parque Maeda oferece uma diversidade de atrações, que reúne diversão, o aconchego da natureza e a cultura oriental.

As vagas são limitadas, garanta sua inscrição. Entre em contato, até 18 de março, pelo telefone (11) 3106-6402, das 9h às 18h.

Dia do Aposentado

Seguindo o lema: Vivos e ativos na luta, o Dia dos Aposentados, celebrado em 24 de janeiro, foi marcado pela defesa do serviço público. A manifestação ocorreu em frente ao prédio do INSS na Rua Xavier de Toledo, um dos postos de grande concentração de usuários. O local foi escolhido para denunciar a proposta de Bolsonaro que permite o desvio de função de sete mil militares para exercer atendimento nas agências do INSS, no lugar de realizar concurso públicos.

A questão salarial e a luta contra o aumento das alíquotas previdenciárias, entre outros, também tive-

ram destaque no protesto. Além de ter os salários reduzidos com a aposentadoria e não ter reajuste há anos, agora sofrerão um confisco grande com o aumento da contribuição previdenciária, resultado da reforma da previdência aprovada em 2019.

Buscando sensibilizar a população, durante o trajeto da passeata, falaram sobre o aumento da desigualdade. “Essa situação onde os ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres, combinada com a crise econômica que começou em 2007, 2008, faz com que eles tentem tirar o couro da classe trabalhadora, inclusive dos aposentados”, comen-



tou Altino Prazeres, representando o Sindicato dos Metroviários.

Bernadete Serafim, da Secretaria de Aposentados e Pensionista do Sindsef-SP, comentou que os aposentados poderiam estar passeando, mas a necessidade de combater os ataques do governo os levam a ocu-

par as ruas mostrando que estão mais vivos e ativos que nunca.

Os aposentados colocaram o bloco na rua, abrindo os protestos contra as políticas de Bolsonaro. E continuarão na luta fortalecendo o 18M dia da greve nacional do funcionalismo.

FUNDACENTRO

Servidores sofrem com falta de condições de trabalho

Com a saída dos trabalhadores de apoio terceirizados, os pedidos de aposentadoria e a falta de concursos públicos, o volume de trabalho na Fundacentro aumentou drasticamente. A situação é agravada pela falta de recursos financeiros e ausência de diálogo da administração com os servidores.

A alegada necessidade de economia, amplamente divulgada por Paulo Guedes, não impediu a administração de extinguir funções gratificadas e cargos de confiança, antes ocupados por servidores da casa, para depois ocupá-los com indicados do governo, pagando remunerações mais eleva-

das. Enquanto isso, todas as unidades estão, há meses, sem contrato de apoio administrativo.

As instalações estão com sérios problemas estruturais. No Centro Técnico Nacional, há meses sem contrato de manutenção, há vazamentos e banheiros interditados. Se não for resolvido com urgência, em pouco tempo, os trabalhos poderão ser interrompidos por falta de condições mínimas.

Em mais uma ação autoritária, a administração optou por usar nas telas de todos os computadores um papel de parede, com cores inapropriadas, que dificultam a visualização e ícones e o próprio trabalho.

Estatuto

A mudança no estatuto da instituição é uma reivindicação histórica dos servidores. Porém, no final de 2019, foi aprovado um novo estatuto, sem nenhuma participação dos trabalhadores. Essa postura autoritária e o desconhecimento do trabalho, já está mostrando seus resultados: desarticulação de trabalhos, aumento das solicitações de aposentadoria e desmotivação generalizada.

Metade das unidades foram extintas. Bibliotecas foram fechadas. Os livros sequer foram aproveitados

pela biblioteca existente na sede. Os trabalhadores, que se orgulhavam das bibliotecas da instituição, foram obrigados a encaixotar e doar os livros.

Tudo isso, em um espaço que pesquisa sobre saúde e segurança no trabalho. É como se os trabalhadores fossem culpados pelo desmonte da instituição. Contudo, são os trabalhadores que sustentam e mantêm a instituição funcionando.

O departamento jurídico do Sindsef-SP estuda medidas cabíveis para barrar estes ataques..



8M

Vamos à rua em defesa dos direitos! Derrotar Bolsonaro e Damares, já!

Já é tradição o ato realizado no Dia Internacional da Mulher marcar o calendário de lutas dos trabalhadores. Esse ano a expectativa é realizar uma manifestação ainda maior.

O crescimento dos casos de feminicídio, a ausência de políticas públicas em defesa das mulheres, a drástica redução do orçamento da Secretaria da Mulher, a campanha irresponsável de abstinência sexual na adolescência, mostram que é fundamental promover um grande protesto nesse 08 de março.

Este ano a luta tem mais um ele-

mento, a defesa das liberdades democráticas. Importante bandeira contra um regime ditatorial e aqueles que os que o defendem!

As mulheres também estarão nas ruas contra as declarações machistas do presidente Bolsonaro. As políticas apresentadas pela ministra da família, mulher e direitos humanos – Damares Alves – deixam evidente que o governo não tem nenhuma responsabilidade com a vida das mulheres. A secretaria da mulher, que é parte do ministério de Damares, teve uma redução de R\$119 milhões para 5,3

milhões em seu orçamento.

No Brasil, os números de assassinato de mulheres triplicarem em algumas cidades e o governo reduziu a zero os investimentos nas políticas de atenção às vítimas de violência. De 2015, ano em que foi criada a Lei do Feminicídio, a 2018, esse aumento foi ainda maior: 62,7%. A maior parte das vítimas (61%) são mulheres negras.

No 08 de março, as mulheres vão marchar contra a violência e retirada de direitos. Derrotar Bolsonaro e Damares, já!



As mulheres trabalhadoras ocuparão às ruas, levantarão suas bandeiras e gritarão contra todas formas de opressões, contra a violência, em defesa de direitos sociais e trabalhistas, por empregos, por moradia, segurança, saúde e educação.

14M

Quem mandou matar Marielle Franco? Já são 2 anos sem resposta!



Em 2020 o assassinato da Vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes completa 2 anos.

Em março de 2019, o sargento reformado da Polícia Militar Ronnie Lessa e do ex-PM Elcio Vieira de Queiroz foram presos acusados do assassinato. Lessa foi apontado como o responsável pelos 13 tiros disparados que executaram Marielle e Anderson. Já Queiroz, que foi expulso da corporação, foi o motorista do carro usado para o crime.

Outro ex-PM, Adriano Magalhães da Nóbrega, também teve o nome envolvido na investigação do assassinato da Vereadora. Capitão Adriano, como era conhecido, foi morto, em fevereiro, durante uma operação policial na Bahia. Ele era apontado como líder de uma milícia, na Zona Oeste do RJ, e estava foragido da Justiça Carioca há pouco mais de um ano.

Embora o nome de Adriano não conste no inquérito que apura a morte da vereadora, ele vinha sendo relacio-

nado ao assassinato por ser o suposto chefe do Escritório do Crime, grupo de matadores de aluguel do qual o ex-PM Ronnie Lessa supostamente fazia parte.

Apesar dos executores terem sido identificados e presos, a busca pelos mandantes do crime segue sem solução.

Os manifestantes vão às ruas cobrar celeridade nas investigações. Essa manifestação também vai ter como pauta as liberdades democráticas.

21M

Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial

A violência contra a juventude negra e pobre cresceu estrondosamente em 2019. Os moradores de áreas de conflitos têm sido abatidos pela Polícia Militar, com o respaldo do governo federal e faz parte da política de segurança pública, como defende o governador Wilson Witzel, no Rio de Janeiro.

No Rio, até dezembro foram registradas 1.546 mortes pelas mãos da PM. Entre elas, Ághata, de apenas 8 anos de idade. E esse não foi um caso isolado. Todos os dias os moradores de favelas choram um inocente

morto, ou saem amedrontados para o trabalho e escola, pois as batidas policiais acontecem sem considerar a exposição dos moradores do local.

Witzel foi denunciado na ONU e na Organização dos Estados Americanos pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio e é alvo de uma ação protocolada no Supremo Tribunal Federal.

Em São Paulo, a ação da Polícia Militar terminou com a morte de nove jovens, entre 14 e 23 anos, durante um baile funk na favela de Paraisópolis. A morte destes jovens re-

presenta a face mais cruel do racismo institucional.

Nem mesmo espaço escolar é poupado da violência. um vídeo circulou nas redes sociais denunciando a ação truculenta da PM. As cenas chocantes, não são exceções, ao contrário fazem parte do modus operandi da PM, treinada para praticar intimidações e agressões, em especial nas periferias contra a juventude negra e pobre.

Bolsonaro, figura assumidamente racista, aprofundou a desigualdade existente no país. Com suas políti-



cas o país caminha para um abismo social. Enfim, o genocídio do povo negro e pobre ganhou novas proporções.

É necessário derrubar Bolsonaro, pois são os filhos da classe trabalhadora as vítimas de todo esse preconceito.